

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

LUNARA FRANCINI CORRÊA DA SILVA

MULHERES E POLÍTICA: MOVIMENTO GREVISTA

Campinas
2018

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

MULHERES E POLÍTICA: MOVIMENTO GREVISTA

Lunara Francini Corrêa da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Educação da UNICAMP sob
orientação da professora Dra. Carolina de Roig
Catini como requisito para a conclusão do
curso de Licenciatura em Pedagogia.

Campinas

2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Si38m Silva, Lunara Francini Corrêa da, 1991-
Mulheres e política : movimento grevista / Lunara Francini Corrêa da Silva. –
Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Carolina de Roig Catini.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Mulheres na política. 2. Movimentos sociais. 3. Luta de classes. 4. Mulheres -
Greves e lockouts. I. Catini, Carolina de Roig, 1981-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: Women and politics: grevista movement

Palavras-chave em inglês:

Women in politics

Social movements

Class struggle

Women - Strikes and lockouts

Titulação: Licenciada em pedagogia

Data de entrega do trabalho definitivo: 13-12-2018

CAROLINA DE ROIG CATINI
ORIENTADORA

LILIANE BORDIGNON DE SOUZA
SEGUNDA LEITORA

Agradecimentos

Refletindo sobre o fim desse ciclo, que foi marcado por situações boas e ruins, pessoas marcantes, e outras nem tanto, dificuldades, felicidades, é que agradeço a vida. Agradeço a vida, por ter me proporcionado todos os momentos vividos que compõe aquilo que sou hoje e que compõe meu texto, nas suas fragilidades e potencialidades.

Agradeço a vida por ter me aproximado da Carolina Catini, minha orientadora querida que aceitou o desafio de me orientar neste trabalho, sem ela a conclusão de curso não seria possível.

Agradeço também Liliane Bordignon que através da sua leitura atenciosa e comprometida me apresentou perspectivas que abriu espaço para novas reflexões.

Resumo

O presente Trabalho de Conclusão de Curso trata sobre a luta das mulheres, mais especificamente, consiste em uma análise dos manifestos que convocaram mulheres do mundo todo a realizarem greve no 8 de março dos anos de 2017 e 2018. A partir dos elementos presentes nos manifestos, discutimos teorias articuladoras de gênero, raça e classe, a insuficiência da institucionalidade para o avanço das pautas das mulheres e as dificuldades, resultado do entrelaçamento desses três sistemas de exploração/dominação (capitalismo, patriarcado e racismo) sobre a vida da maior parte das mulheres, sendo pontos determinantes no que diz respeito ao acesso à renda, ao tempo livre e a participação política.

Palavras-chave: mulheres, raça, classe, movimentos sociais, greve de mulheres.

Abstract

The present Completion of Course Word is about the women's fight, more specifically, it consists of an analysis of manifests that have summoned women from all over the world to strike on March 8 in 2017 and 2018. From the elements present in the manifests, we discuss theories articulating gender, race and class, the insufficiency of the institutional framework for the advancement of women's schedule and the difficulties, result of the interweaving of these three systems of exploration/domination (capitalism, patriarchy and racismo) on the lives of most women, being decisive points with regards to access to income, free time and political participation.

Keywords: women, race, class, social movements, women's strike.

Sumário

Introdução	7
1. As mulheres e o Trabalho	9
2. Teorias articuladoras de gênero, raça e classe: Interseccionalidade e Consustancialidade.	15
3. A luta política das mulheres	20
Conclusão	26
ANEXOS	31
ANEXO I	32
ANEXO II	34

Introdução

Ao longo da graduação, no decorrer dos semestres, novos desafios surgiam para mim e novas paixões se manifestavam. Depois de muita reflexão e conversas com amigos sobre como escolher um tema, decidi que gostaria estudar algo relacionado às mulheres, em seguida veio a pergunta, o quê sobre as mulheres?

Enquanto mulher, militante do movimento estudantil universitário, preocupada com o pouco debate sobre a desigualdade de gênero dentro do curso de pedagogia, pensei em estudar o currículo, refletir sobre a formação das futuras professoras formadas pela Unicamp a respeito da desigualdade de gênero. Porém, quando realizei a disciplina de educação não formal, me foi apresentada a possibilidade de refletir no TCC sobre a participação das mulheres nos movimentos sociais e na política como um todo, e, então, uma nova perspectiva se abriu.

Comecei lendo sobre Rosa Luxemburgo (Loureiro, 2004) e suas reflexões acerca da revolução socialista. Em conversa com a orientadora, a proposta mudou. Iríamos agora entrevistar mulheres, lideranças de movimentos e partidos atuantes na cidade de Campinas. Contudo, diante do tempo apertado, da dificuldade de conciliar trabalho e estudos e a mudança da minha relação pessoal com os movimentos sociais em Campinas, decidimos analisar movimentos de mulheres que se destacaram, seja pela visibilidade ou singularidade.

Elencamos para a análise um documentário sobre o *I Encontro de Mulheres que Lutam*, manifesto do movimento argentino *Ni una a menos* e os dois manifestos que convocaram as mulheres a realizarem greve internacionalmente no 8 de março em 2017 e 2018 (Anexos). A expectativa era, através de documentos públicos de diferentes movimentos que tinham focos de atuação distintos, e, também, organizados por mulheres de diversas origens, captar as formas de luta, perceber aproximações e distanciamentos entre eles. Porém, diante do tempo, as características muito diversas se tornaram, no desenrolar nas análises, uma dificuldade, por isso acabamos afunilando mais e ficando apenas com os dois últimos.

Os manifestos estudados foram escritos e apoiados por mulheres que são referências nessa discussão. As signatárias do manifesto de 2017 são, em ordem alfabética: Angela Davis, Cinzia Arruzza, Keeanga-Yamahtta Taylor, Linda Martín Alcoff, Nancy Fraser, Tithi Bhattacharya e Rasmea Yousef Odeh. Ao manifesto de 2018 se somam Rosa Clemente, Zillah Eisenstein, Liza Featherstone, Barbara Smith.

Como primeiro passo da análise, pontuamos os elementos centrais e percebemos a apresentação de dois grandes eixos, um relacionado ao trabalho e o outro à luta política. Para

analisá-los recorreremos a autores como Heleieth Saffioti, Angela Davis, Stephanie Ribeiro, Danièle Kergoat, Helena Hirata, Flávia Biroli, Kimberlé Crenshaw e Luis Felipe Miguel, ou seja, autores contundentes na crítica à forma de organização social atual e que, se propõe articular condições objetivas e subjetivas, teoria e prática para a análise da vida das mulheres.

1. As mulheres e o Trabalho

Nesta seção buscaremos sintetizar as articulações que encontramos em nossas fontes oriundas dos movimentos de mulheres acerca da categoria trabalho: como aparece a temática, as reivindicações e relações entre as mulheres e os movimentos. Percebemos que esta é uma categoria ampla, transpassada por muitos elementos e que se constitui na relação profunda com outras categorias complexas, como classe, raça e gênero. Em grande medida, os movimentos de mulheres percebem e denunciam as desvantagens sociais, assim como a opressão advinda de tal articulação no mundo do trabalho.

Em 2017, ativistas e intelectuais lançaram um manifesto “*Beyond Lean-In: For a Feminism of the 99% and a Militant International Strike on March 8*”, do inglês “Para além do Faça Acontecer: por um Feminismo dos 99% e uma Greve Internacional Militante em 8 de março” (Anexo I), publicado na revista Viewpoint Magazine originalmente e, no Brasil, no Blog da Boitempo, convocando as mulheres do mundo todo a fazer greve em nome de um movimento feminista para os 99% da população. Isto é, um movimento de mulheres direcionado aos grupos em desvantagem social: trabalhadoras, negras, imigrantes, refugiadas, indígenas, cis e transgêneras, empregadas domésticas, entre outras. Motivadas pelas marchas ocorridas em 21 de janeiro nos Estados Unidos da América, elas chamaram as mulheres para fazer um movimento militante que, além de denunciar o conservadorismo racista, misógino, transfóbico e homofóbico, representado por Trump, também iria denunciar e atacar a retirada de direitos trabalhistas e sociais promovidos pelo neoliberalismo.

Em nossa opinião, não basta se opor a Trump e suas políticas agressivamente misóginas, homofóbicas, transfóbicas e racistas. Também precisamos alvejar o ataque neoliberal em curso sobre os direitos sociais e trabalhistas. (Greve, 2017).

Essa posição, além de ser coerente com a conjuntura mundial, também se contrapõe à outras soluções que estão sendo propostas para os problemas vivenciados pelas mulheres no mundo, se contrapõe, sobretudo, ao que elas denominam de “feminismo empresarial”.

Atualmente, é internacionalmente reconhecido que há desigualdades entre homens e mulheres, e que medidas devem ser tomadas para caminhar na direção da igualdade, como consta na *Declaração e Programa de Ação da 2ª Conferência Internacional de Direitos Humanos da ONU* (Viena, 1993):

18. Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais. A plena participação das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural nos níveis nacional, regional e internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação, com base no sexo, são objetivos prioritários da comunidade internacional. A violência e todas as formas de abuso e exploração sexual, incluindo o preconceito cultural e o tráfico internacional de pessoas, são incompatíveis com a dignidade e valor da pessoa humana e devem ser eliminadas. Pode-se conseguir isso por meio de medidas legislativas, ações nacionais e cooperação internacional nas áreas do desenvolvimento econômico e social, da educação, da maternidade segura e assistência à saúde e apoio social. Os direitos humanos das mulheres devem ser parte integrante das atividades das Nações Unidas na área dos direitos humanos, que devem incluir a promoção de todos os instrumentos de direitos humanos relacionados à mulher. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos insta todos os Governos, instituições governamentais e não – governamentais a intensificarem seus esforços em prol da proteção e promoção dos direitos humanos da mulher e da menina. (ONU, 1993, p.5).

Contudo, a solução mais amplamente divulgada pela mídia, promovida por empresas de diferentes ramos, mas principalmente pela indústria da beleza, vão em direção à uma adaptação de discurso. Campanhas recentes, como o comercial da nova linha de maquiagem da Boticário¹ ou o videoclipe² do Itaú, se utilizam de referências trazidas pelo feminismo, porém não aprofundam criticamente a reflexão sobre o lugar que a mulher ocupa na sociedade, mas antes, apresentam medidas para integrar a mulher dentro da lógica e do modo de vida capitalista. O feminismo do “faça acontecer”, movimento animado a partir do livro *“Lean in: Women, work, and the will to lead”* (em português: “Faça acontecer: mulheres, trabalho e a vontade de liderar”) da autora Sheryl Sandberg, que, na versão publicada no Brasil em 2013, conta com o prefácio de Luiza Helena Trajano³, tem como eixo principal a ideia do empreendedorismo feminino, onde reconhece que há desigualdades, mas que basta “força de vontade” para mudar essa condição:

Os estereótipos de sexo incutidos na infância são reforçados ao longo de toda a nossa vida e são como profecias que, de tanto serem repetidas, acabam se realizando. Os cargos de liderança são na maioria ocupados por homens, e assim as mulheres não esperam alcançá-los, e esta passa a ser uma das razões pelas quais elas

¹ Comercial citado pode ser acessado nesse link: <https://www.youtube.com/watch?v=miffpncrGIU>

² Videoclipe do Itaú: <https://www.youtube.com/watch?v=2ziKp6EmqcA>

³ Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues é empresária brasileira, presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza.

não os alcançam. O mesmo se aplica ao pagamento. Os homens, geralmente, ganham mais que as mulheres, e assim as pessoas esperam que as mulheres ganhem menos. E então elas ganham (Sandberg, 2013, p.37).

Obviamente, a subjetividade dos sujeitos é formada a partir de suas experiências e das referências obtidas ao longo da vida. Porém, o que Sandberg desconsidera, é o caráter sistêmico e estrutural da desigualdade de gênero. As mulheres não ganham menos que os homens apenas porque isso é o esperado. Mulheres ganham menos que os homens, mulheres negras ganham menos que mulheres brancas e mulheres transexuais nem possuem espaço no mercado de trabalho, pois essa é uma das formas de manutenção do capitalismo e, conseqüentemente, das desigualdades sociais. O sistema de gênero favorece o sexo masculino, criando uma rede de privilégios que é mantida pela dominação dos homens em relação ao trabalho das mulheres. Isso acontece de forma consciente e sistemática, assim como faz parte da complexa dominação simbólica. A relação entre essas duas dimensões sustenta a exploração da força de trabalho das mulheres no capitalismo.

Trata-se, portanto, de uma ideologia para que mulheres ocupem postos de poder ou de gestão, adentrando aos espaços tradicionalmente masculinos, sem, no entanto, alterar a situação de dominação e submissão econômica ou política. Relacionada diretamente à uma necessidade econômica, a ideia do empreendedorismo, neste caso, o empreendedorismo feminino cria a ilusão de que todas as mulheres podem ser madames, podem deixar de ser trabalhadoras para serem patroas, disfarçando assim, a desigualdade de classe que atravessa a desigualdade de gênero. Como expõe a autora marxista Heleieth Saffioti (1987):

Em nenhuma classe social, o homem abre mão espontaneamente de seus privilégios. Nas camadas privilegiadas, contudo, existe uma consciência mais aguda da identidade dos interesses econômicos entre homens e mulheres. Ainda que o homem não ofereça de mão beijada seus privilégios, a participação feminina em algumas atividades não ameaça o interesse básico comum da família burguesa, isto é, ampliar sua própria riqueza (Saffioti, 1987, p.22).

Vale mencionar que alguns movimentos feministas anticapitalistas, como, por exemplo, a Sempre Viva Organização Feminista (SOF) e a Marcha Mundial de Mulheres, também apostaram na possibilidade de manejar processos de mudanças a partir de cima, com o aumento da representatividade feminina na política institucional. Neste ponto seria necessário perscrutar a história, para aprender com tais processos, uma vez que há alertas, como as análises de Maria Rita Kehl (2011) acerca do significado do poder e sua capacidade de amoldamento:

O poder é um lugar que tolera excentricidades, desde que não alterem seu funcionamento e os compromissos que o sustentam. Mulheres no poder não garantem, como sonhamos nos anos 1960, políticas mais justas, mais humanitárias. Podem ser tão truculentas e injustas quanto os homens (Kehl, 2011, p.133).

Alcançar uma realidade com maior quantidade de mulheres empresárias não se associa diretamente com a libertação e emancipação das mulheres. A ideologia do empreendedorismo se desenvolve absolutamente dentro da ordem capitalista, alterando o gênero, sem alterar as relações sociais. Como tal, só pode ser excludente, pois ao sistema bastam algumas poucas gestoras para comandar o trabalho de inúmeras e inúmeros trabalhadores e trabalhadoras, não gerando igualdade entre as mulheres. Por essa razão, as mulheres em greve no ano de 2017 criticam com firmeza essa forma de feminismo:

O feminismo do ‘faça acontecer’ e outras variantes do feminismo empresarial falharam para a esmagadora maioria de nós, que não têm acesso à autopromoção e ao avanço individual e cujas condições de vida só podem ser melhoradas através de políticas que defendam a reprodução social, a justiça reprodutiva segura e garanta direitos trabalhistas (Greve, 2017).

Elas apontam para um movimento de mulheres amplo, de caráter classista, anti-racista, anti-imperialista, anti-heteronormativo e anti-neoliberal, inspiradas em movimentos ocorridos em todo o mundo, como a greve de mulheres na Polônia, marchas e greves na América Latina, manifestações na Itália, Coréia do Sul e Irlanda. Inspiradas também no conhecimento que possuem da experiência de vida de milhares de mulheres, que sofrem cotidianamente com os efeitos do modo de vida e organização capitalista.

As condições de vida das mulheres, especialmente as das mulheres de cor e as trabalhadoras, desempregadas e migrantes, têm-se deteriorado de forma constante nos últimos 30 anos, graças à financeirização e à globalização empresarial (Greve, 2017).

Esses elementos caracterizantes do movimento, dialogam novamente com posições de Saffioti (1987), que, ao se referir ao capitalismo, patriarcado e racismo, os chama de sistema de dominação-exploração ou exploração-dominação, evidenciando a conexão entre esses dois aspectos da opressão: material e cultural. O pensamento heteronormativo, por exemplo, criminaliza comportamentos que saem da “normalidade”, o que, além de interferir nas formas de sociabilidade das pessoas homossexuais e transgêneras, têm efeitos agudos sobre as possibilidades de acesso à renda e ao trabalho, legando os trabalhos mais precários para esses grupos sociais.

É importante ressaltar que a utilização do termo “patriarcado” não é consensual. Há autoras que defendem que atualmente a subordinação da mulher é mais impessoal, caracterizando mais uma “dominação masculina” do que o patriarcado histórico (Miguel e Biroli, 2014, p.19). No entanto, ainda que haja críticas ao termo, acompanhamos Heleieth Saffioti (2015) quando argumenta que não trabalhar com essa terminologia é assumir a forma de pensamento patriarcal e naturalizar essa relação de exploração-dominação (Saffioti, 2015, p.59). Ela também nos apresenta seis pontos que reforçam seu posicionamento:

Por que se manter o nome patriarcado? Sistematizando e sintetizando o acima exposto, porque: 1) não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição [...]. 3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) tem uma base material; 5) corporifica-se; 6) representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (Saffioti, 2015, p. 60).

Sem dúvida a reflexão sobre o emprego do termo “patriarcado” é importante, pois nos revela a complexidade da realidade das mulheres. Devemos levar em consideração que a situação das mulheres, de maneira geral, mudou, que conquistas como a participação na política (sufrágio feminino), possibilidade do registro dos filhos, direito à formação acadêmica, entre outras, mudaram em alguns sentidos a vida das mulheres. Porém, os altos índices de violência contra a mulher, a baixa representação na política e a desigualdade salarial, entre tantos exemplos que os próprios manifestos nos trazem, revelam a permanência do patriarcado, esse sistema articulado de opressão baseado na sujeição das mulheres.

Em 2018, passado um ano de governo Trump nos Estados Unidos, as mulheres foram às ruas novamente, marcando o 8 de março como um dia de luta. Com o propósito vivo de fazer um movimento para os 99% da população, o manifesto publicado originalmente no *The Guardian*, levava o título “*We need a feminism for the 99%. That’s why women will strike this year*” (em português: “Precisamos de um feminismo para os 99%. É por isso que as mulheres farão greve este ano” - Anexo II), elas denunciaram os ataques realizados pelo governo estadunidense aos direitos sociais:

Há planos para destruir o Medicaid e o Medicare, os dois únicos programas que restam nesse cruel cenário neoliberal que protegem os idosos e os pobres, os doentes e os deficientes, o planejamento familiar e as crianças – e, portanto, as mulheres, as quais fazem a maior parte do trabalho de cuidados (Greve, 2018).

O trabalho possível para a maior parte das mulheres é um trabalho que as violentam diariamente e, mesmo tendo consciência disso e desejando mudança, a inexistência de outras possibilidades de trabalho, associado ao peso das responsabilidades com a família, sendo elas

provedoras de toda a renda familiar, as prendem ainda mais a essa condição. A dupla jornada, o trabalho assalariado e o trabalho doméstico, fundamentados na divisão sexual do trabalho, sobrecarregam as mulheres, que, em um contexto de diminuição de direitos, ficam ainda mais vulneráveis:

O trabalho, com seu salário baixo, com seu gerente assediador e seu chefe abusivo, com suas longas horas, se torna a única coisa que tememos perder, porque é a única forma de prover comida a nossas famílias e cuidados aos nossos doentes e enfermos. (Greve, 2018).

Nos manifestos deste movimento, fica evidente que os cruzamentos de desvantagens de diferentes origens se articulam e aumentam a vulnerabilidade social das mulheres e tornam ainda mais difícil para elas denunciarem situações abusivas e sair de condições degradantes.

Por isso, apesar de compreendermos que levar em consideração diversos elementos torna a análise mais difícil, acreditamos que é no bojo das articulações complexas dessa discussão, seguindo o exemplo dos movimentos de mulheres grevistas de 2017 e 2018, é que podemos encontrar caminhos mais coerentes para interpretar a realidade da maior parte da população. É importante ressaltar que além dessa já ser uma tendência na prática de muitos movimentos, como os próprios manifestos evidenciam, há uma produção teórica importante nessa perspectiva que procuraremos abordar a seguir.

2. Teorias articuladoras de gênero, raça e classe: Interseccionalidade e Consustancialidade.

“Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem - quando eu conseguia comida - e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei a luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher?” (apud DAVIS, 2016, p.71).

O discurso de Sojourner Truth derrubou argumentos baseados na fraqueza feminina. Ele anunciou “em uma convenção de mulheres em Akron, Ohio, em 1851” (Davis, 2016, p.70) a não universalidade da categoria “mulher”, evidenciando que a sua realidade de mulher negra, era diferente do que se formulava nos espaços discussão sobre os direitos das mulheres.

É com o intuito de refletir sobre os limites que essa categoria impõe para a luta coletiva que vamos apresentar essas formulações teóricas, pois elas se contrapõem à formação histórica e hegemônica do feminismo, o qual assume a luta pelos direitos das mulheres essencialmente como a luta pelos direitos das mulheres brancas, burguesas e de classe média. Como Davis (2018) argumenta:

Em alguns sentidos, a luta pelos direitos das mulheres foi ideologicamente definida como uma luta pelos direitos das mulheres brancas de classe média, expulsando mulheres pobres e da classe trabalhadora, expulsando mulheres negras, latinas, e de outras minorias étnicas do campo do discurso coberto pela categoria ‘mulher’. As muitas contestações dessa categoria ajudaram a produzir o que viemos a chamar de ‘teorias e práticas feministas radicais das mulheres de minoria étnica’ (Davis, 2018, p.92).

As formulações interseccionais e consustanciais surgem a partir desses questionamentos, da necessidade de ampliar essa categoria e incluir mulheres com identidades diversas, ou indo além, como na perspectiva de Davis, da necessidade de “reescrever toda a

categoria, não simplesmente incorporar mais mulheres em uma categoria inalterada do que significa ‘mulher’” (Davis, 2018, p.93).

É importante pontuar que, mesmo que não fosse de forma intencional, a categoria “mulher”, referenciada na experiência das mulheres brancas, burguesas ou de classe média, acabava por mascarar diferenças e conflitos internos ao grupo. Isso explica “certa resistência por parte de mulheres de minorias étnicas e também por parte de mulheres brancas pobres e da classe trabalhadora para se identificar com o movimento feminista emergente”(Davis, 2018, p.92), nos anos de 1960.

Muito se avançou nesse debate, graças, principalmente, à atuação do movimento de mulheres negras, que conquistaram espaço com firmeza teórica e prática. Atualmente, as perspectivas da *interseccionalidade* e da *consustancialidade* se apresentam como referências e, apesar de apresentarem diferenças entre elas, ambas fluem para a “não hierarquização das formas de exploração/dominação” (Motta, 2017, p. 80).

A interseccionalidade, que é uma formulação teórica produto do intenso ativismo das mulheres negras no EUA, tem em Kimberlè Crenshaw uma das suas principais representantes. Ela nos apresenta dois fatos que a levaram a pensar nas relações de gênero na sociedade, que contribuíram para a construção da categoria de interseccionalidade entre raça/etnia e gênero. O primeiro, uma experiência pessoal, onde ela e um amigo decididos a não aceitarem o racismo, acabaram não tendo a mesma firmeza com a misoginia, entraram pela porta dos fundos, na sede de uma irmandade de estudantes de Harvard por Crenshaw ser mulher⁴.

O segundo fato é bastante intrigante, em que, assim como no caso Sears (Pierucci, 1990, p.18; Miguel, 2014, p.75), ocorrido nos anos 80 no Estados Unidos da América, o par

⁴ “O que vou contar para vocês são notícias de um trabalho que venho desenvolvendo nos últimos vinte anos de minha vida profissional e pessoal. Eu gosto de contar a história de como esse trabalho começou. Quando estava no primeiro ano da faculdade de direito, participei de um grupo de estudos com dois colegas afro-americanos. Um deles foi o primeiro membro afro-americano aceito em uma prestigiada agremiação de estudantes de Harvard. Por essa agremiação passaram alguns dos presidentes da república, entre os quais, Roosevelt. A agremiação não aceitava negros, até o meu colega ingressar. Este colega resolveu convidar a mim e ao outro para visitá-lo nessa famosa agremiação. Nós, os convidados, conversamos acerca do que aconteceria quando chegássemos com nossas faces negras naquela instituição tradicionalmente branca. Meu colega deixou bem claro que se nos deparássemos com qualquer hostilidade iríamos dar meia-volta imediatamente. Com essas instruções, nos preparamos para enfrentar qualquer possível discriminação. Chegou o dia, caminhamos até a porta da frente da agremiação e tocamos a campainha. Nosso colega negro abriu a porta e saiu muito envergonhado, muito sem jeito. Então ele disse: “Estou muito constrangido, pois esqueci de dizer que vocês não podem entrar pela porta da frente”. Meu colega imediatamente retrucou: “Bem, se não pudermos entrar pela porta da frente, não vamos entrar. Não vamos aceitar qualquer discriminação racial”. O colega anfitrião esclareceu: “Não é uma questão de discriminação racial. Você pode entrar pela porta da frente. A Kimberlé é que não pode, porque ela é mulher”. Aí veio a surpresa, meu colega disse: “Ah, então não tem problema: vamos entrar pela porta dos fundos”. E enquanto dávamos a volta no edifício para entrar pela porta dos fundos, fiquei pensando que, embora tivéssemos assumido uma postura de solidariedade contra qualquer discriminação racial, essa solidariedade simplesmente havia desaparecido quando ficou claro que a discriminação não era racial, mas de gênero. Nesse momento, assumi um compromisso comigo mesma de entender esse fenômeno” (Crenshaw, 2004, p.7)

igualdade/diferença, gerou uma derrota para as mulheres. Crenshaw conta que um grupo de mulheres negras processou uma empresa da *General Motors* por discriminação de gênero e de raça, alegando que não eram contratadas por esses dois aspectos. Porém, mulheres brancas eram contratadas para cargos de secretária e homens negros para trabalharem no “chão de fábrica”, sendo assim, os dois elementos discriminatórios foram desconsiderados, “por essa razão, as mulheres negras foram informadas de que seu processo por discriminação não tinha fundamento” (Crenshaw, 2004, p.10). O que a justiça desconsiderou foram as pessoas que estavam inclusas exatamente nas duas condições, ou seja, a justiça desconsiderou as mulheres negras. Mulheres negras não eram contratadas como secretárias, pois sua estética não “combinava” com o cargo, e também não eram contratadas para o “chão de fábrica”, pois apesar de serem negras e “combinarem” com trabalhos pesados, eram mulheres. É esse cruzamento que levou à formulação do Feminismo Interseccional. Em seu artigo *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*, Crenshaw define a interseccionalidade como:

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p.177).

Nessa busca pela captura das “consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” que se impõem às mulheres, a Crenshaw cria a metáfora do encontro de ruas para exemplificar essa formulação:

Se pensarmos nessa intersecção, suas ruas seriam o modo como a força de trabalho foi estruturada por raça e gênero. O tráfego nessas ruas seriam as políticas de contratação e outras práticas que trafegam por elas. Bem, como Emma era negra e mulher, ela estava posicionada exatamente onde tais ruas se cruzavam, sentindo o impacto simultâneo do tráfego de gênero e de raça da empresa. A lei? A lei é como a ambulância que prestará socorro à Emma apenas se ficar claro que ela fora ferida na "rua de raça" ou na "rua de gênero", mas não no local em que as ruas se cruzam (Crenshaw, 2016, TED Talks)

Essa metáfora da intersecção entre as ruas, criada por Crenshaw, faz com que, entre outros aspectos, Kergoat apresente o conceito da consubstancialidade, contrapondo-o e fazendo uma crítica ao conceito de interseccionalidade. Para ela, as práticas sociais “não se deixam apreender por noções geométricas como imbricação, adição, intersecção e multiposicionalidade — elas são móveis, ambíguas e ambivalentes.” (Kergoat, 2010, p.93). Por essa razão a autora se utiliza do termo consubstancialidade, emprestado da teologia, na acepção de “unidade de substância” (Kergoat, 2010, p.94), revelando a impossibilidade de, na análise concreta, marcar os limites entre uma e outra, pois

elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente (Kergoat, 2010, p.94).

É importante ressaltar que, enquanto a interseccionalidade considera raça, classe, gênero e outros eixos de submissão para elaboração do conceito, a consubstancialidade fica mais centrada nas questões de classe, gênero e raça, partindo do princípio de que elas estão presentes no campo econômico, ou seja, da produção material da vida e também “na instância ideológica” (Kergoat, 2010, p.99).

Para Kergoat, esse nó que forma um sistema complexo não exclui contradições, pelo contrário, faz com que, por exemplo, avanços na questão de gênero, não necessariamente tenham reflexos positivos na questão de classe ou mesmo de raça.

[...] o fato de as relações sociais formarem um sistema não exclui a existência de contradições entre elas: não há uma relação circular; a metáfora da espiral serve para dar conta do fato de que a realidade não se fecha em si mesma. Portanto, não se trata de fazer um tour de todas as relações sociais envolvidas, uma a uma, mas de enxergar os entrecruzamentos e as interpenetrações que formam um “nó” no seio de uma individualidade ou um grupo. (Kergoat, 2010, p.100)

Podemos articular à essas teorias, principalmente à consubstancialidade, a vertente brasileira desenvolvida por Heleieth Saffioti (1987). Em seus livros *O poder do macho* (1987) e *Gênero, Patriarcado e Violência* (2015), ela nos apresenta a perspectiva do nó articulador, construído a partir do conceito patriarcado-racismo-capitalismo, que rejeita outras combinações (isto é, capitalismo patriarcal, patriar-cado capitalista, capitalismo racial, racismo capitalista), por entender que quando um dos sistemas de dominação-exploração é usado como substantivo e o outro como adjetivo, valoriza-se o primeiro em detrimento do

segundo, sendo que, na concepção de Saffioti (1987), esses três sistemas de dominação-exploração são igualmente importantes e inseparáveis:

o ato de atribuir prioridade a um dos três sistemas mencionados tem sérias consequências do ponto de vista das estratégias de luta dos contingentes humanos oprimidos, dominados, explorados. (Saffioti, 1987, p.61).

Apesar das diferenças entre as perspectivas aqui apresentadas, fica evidente que um projeto sério de mudança social não poderá deixar para trás nenhum desses três eixos de exploração/dominação. Gênero, raça e classe são elementos básicos para pensar as formas com que o capitalismo se sustenta atualmente.

3. A luta política das mulheres

Compreender a origem das desigualdades sociais é fundamental para que se possa transformá-las e, também, contribui para identificar os sujeitos protagonistas da mudança social. Atualmente, falar da luta das mulheres, significa falar de basicamente duas questões. A primeira delas é de que, para se representar as mulheres em sua totalidade, para que se consiga ter a participação da ampla maioria das mulheres na luta pelos seus direitos, é preciso, como apresentamos no capítulo anterior, compreender a diversidade e complexidade que essa categoria “mulher” abriga. Isso não significa abrir mão de pautas e lutas unificadoras, mas significa reconhecer diferenças internas. A outra questão passa por perceber que apesar de mulheres terem conquistado direitos formais, ainda há muito para que se tenha realmente igualdade entre homens e mulheres, inclusive quando a questão é a participação e atuação política. Nesse sentido, concordamos com Biroli (2018):

O debate contemporâneo sobre a participação política das mulheres tem como ponto de partida o diagnóstico de que o direito ao voto e o direito a disputar eleições, conquistados na maior parte do mundo entre as primeiras décadas do século XX e meados do mesmo século, não redundaram em condições igualitárias de participação (Biroli, 2018, p.172).

A experiência brasileira nos mostra os limites da institucionalidade para as pautas das mulheres, onde mesmo com a eleição do Partido dos Trabalhadores em 2002, que possuía um histórico de relação com os movimentos sociais, mesmo com eleição da primeira mulher como presidente do país em 2010, fez com que as pautas feministas fossem atendidas completamente, como afirma Ribeiro:

Nos governos do PT houve avanços em algumas políticas, outras como o aborto seguro e legal foram deixadas de lado, em nome de conciliações políticas. Nossas vidas estão sendo leiloadas, assim como os poucos direitos que conquistamos até aqui estão em risco, e assim continuarão caso algumas medidas das bancadas conservadoras se concretizem (Ribeiro, 2018, p.132)

De acordo com os estudos feitos até aqui, parece ser possível afirmar que está presente no histórico da esquerda, no Brasil e no mundo, tratar as questões levantadas pelas mulheres como pautas secundárias, do campo da pequena política, como se elas se remetessem apenas às mulheres e não ao interesse coletivo:

Os movimentos sociais e os sindicatos e centrais de trabalhadores continuam se comportando nas suas práticas políticas como se essas questões fossem “coisas de mulheres”, e não incorporam as lutas femininas, principalmente em relação às solicitações por melhorias como creches, refeitório, escola etc. como uma luta dos trabalhadores contra o capital (Silva, 2012, p. 24).

Mesmo na Revolução Russa de 1917, onde se reconhece os avanços nessas pautas e que faziam parte do projeto revolucionário “a socialização do trabalho doméstico, a plena igualdade entre gêneros, a livre união e o definhamento da família” (Goldman, 2017, p.39), as mulheres enfrentavam barreiras para organização “em torno de seus próprios interesses”, de acordo com Goldman, pois “membros do partido, homens e mulheres, discordaram da ideia do “separatismo” feminino, uma ideia que era associada ao feminismo burguês (Goldman, 2017, p.39). Sobre essa dificuldade, as palavras de Aleksandra Kollontai, militante da Revolução Bolchevique e Comissária do Povo da previdência social, são expressivas:

Meus camaradas de partido nos culpavam, a mim e as minhas correligionárias, de sermos “feministas” e conceder excessiva importância aos nossos assuntos de mulheres. Naquela época, não sabiam ainda valorizar em absoluto o papel extraordinário que cabia às trabalhadoras, às mulheres economicamente independentes, na luta política (*apud*, Goldman, 2017, p.32).

Usar o termo “feminista” como insulto já demonstra a falta de espaço para tratativa e politização coletiva – entre homens e mulheres – das questões relacionadas às vidas das mulheres, como se estas não estivessem relacionadas às necessidades de mudanças nas relações econômicas, na divisão social do trabalho, nos diversos tipos de opressões vividas na família e em diversos âmbitos da sociedade. Como se os “assuntos de mulheres” fossem menos importantes, não afetando toda a organização social. Assim, vemos a resistência em admitir mudanças nas formas de realização da política mesmo nos processos de grandes transformações sociais advindas de processos revolucionários.

Os mesmos elementos que dificultam a participação das mulheres na política, tais como a dupla jornada de trabalho, responsabilização pelos cuidados das crianças, idosos e enfermos, cuidado com a casa e alimentação, etc., são também motor de indignação e luta. Na Rússia revolucionária, mas tomada pela fome, miséria e guerra, elas eram ainda mais flageladas pelas condições de vida.

Às jornadas de 10 a 12 horas nas fábricas se somava o fato de que não tinham nada para alimentar seus filhos, vendo morrer a muito deles sem, sequer, chegar ao seu primeiro ano de idade. Por isso, elas foram as primeiras a exigir o fim da guerra e o pão para seus filhos (*apud*, Sirelli e Santos, 2017, p.230).

É olhando para processos vigorosos como esse, nos quais as mulheres se organizaram, que podemos observar a possibilidade de maior sucesso de suas reivindicações. Isto é, as capacidades de articulação e instauração de possibilidades de mudanças, que são necessidades de todos e não circunscritas às mulheres, aumentam na medida em que as mulheres encontram-se auto organizadas.

Os chamados para as greves estudados aqui corroboram para essa interpretação, como podemos ler no texto de chamado para a organização da greve geral pelas mulheres: “a vasta maioria de nós não se manifesta porque nos falta poder coletivo em nosso ambiente de trabalho, e porque nos é negado suportes sociais como assistência médica gratuita, fora dele” (Greve, 2018). Na medida em que há apoio coletivo e organização coletiva, que respalde as mulheres, elas rompem o silêncio. Os manifestos se propõem a colocar a temática relativa às mulheres no centro do debate político e se utilizaram de estratégias comuns aos movimentos para fazer isso, chamando todos para o fortalecimento da luta:

A ideia é mobilizar mulheres, incluindo mulheres trans, e todos os que as apoiam num dia internacional de luta – um dia de greves, marchas e bloqueios de estradas, pontes e praças; abstenção do trabalho doméstico, de cuidados e sexual; boicote e denúncia de políticos e empresas misóginas, greves em instituições educacionais (Greve, 2017).

As organizações das mulheres, em seus espaços de auto-organização, devem ser entendidas como espaços de fortalecimento para uma participação política mais ampla, lembrando que, a política, enquanto arena pertencente ao espaço público, e dominado historicamente pelos homens, é hostil às mulheres. Para que deixe de ser, as mulheres precisam estar organizadas, se fortalecendo mutuamente em tais espaços, para que a luta pelo fim das desigualdades de raça, classe e gênero seja uma luta de todos.

Os manifestos estudados, citam mobilizações e campanhas que mexeram com o mundo todo. Além das ações já citadas no capítulo anterior, o manifesto de 2018 cita campanhas que geraram *hashtags* nas redes sociais por todo mundo:

As campanhas #MeToo, #UsToo e #TimesUp tornaram visível aquilo que a maioria das mulheres já sabia: seja no ambiente de trabalho ou em casa, nas ruas ou nos campos, em prisões ou em centros de detenções do ICE [Immigration and Customs Enforcement], a violência de gênero com seu efeito racista diferenciado assombra a vida cotidiana das mulheres (Greve, 2018).

Essa produção de pautas comuns às mulheres, construídas a partir de uma identidade violenta, também sustenta a solidariedade e a sororidade como bases para um processo

organizativo. No Brasil, as campanhas #MeuPrimeiroAssedio, impulsionada pelo Coletivo “Think Olga” e #MeuAmigoSecreto, pelo Coletivo “Não Me Kahlo” repercutiram e deram voz para mulheres que, através dessas campanhas puderam se manifestar sobre a experiência vivida, como afirma Coelho:

Como resultado das duas campanhas, é possível perceber que toda mulher, em maior ou menor grau, já sofreu algum tipo de assédio; algumas por algum (ou vários motivos), nunca, antes desses movimentos, tiveram voz para enunciar o que lhe havia ocorrido ; que assim como ela, eu, você, sua prima, colega de trabalho, subordinada ou aluna, somos vulneráveis a assédios, independente da idade, orientação sexual, biotipo ou local onde moramos, e que estamos todas rodeadas de “amigos” que nos subjugam, menosprezam, condenam, oprimem (Coelho, 2016, p.221).

Essa solidariedade se expande às atrizes de Hollywood, que é mencionada no manifesto grevista, uma vez que “mulheres com visibilidade pública e acesso à mídia internacional decidiram romper o silêncio sobre assédio e violência sexual”, com isso, segundo o texto, “as comportas foram finalmente abertas e uma torrente de denúncias públicas inundaram a rede” (Greve, 2018). É importante destacar a consideração feita no próprio manifesto, onde se coloca o quanto as condições de vida e de trabalho das mulheres hollywoodianas permitiram que elas realizassem essas denúncias, elemento que não está disponível para a maioria das mulheres:

Nós acreditamos que não foi nenhum acidente que foram as nossas irmãs com posição social destacada que primeiro tornaram visível aquilo que todas sabíamos. A capacidade delas para isso foi mais forte do que a de nossas irmãs de salários mais baixos, tantas vezes de cor, que limpam quartos naquele chique hotel de Chicago ou de nossa irmã que colhe frutas nos campos da Califórnia (Greve, 2018).

Não seria possível deixar a questão de classe e posição social que diferencia radicalmente as atrizes hollywoodianas das trabalhadoras, fora do manifesto. Ao mesmo tempo que as autoras decidiram por agregar tal questão inédita do mundo glamoroso e que, insistentemente, quer se mostrar sem conflitos, como uma vida harmoniosa para continuar a ser desejada por todas. Tal atitude das atrizes fortalece a visibilidade da questão da desigualdade salarial, que está presente em todas as atividades remuneradas desenvolvidas igualmente por mulheres e homens.

Essa conexão e referência a outros movimentos, evidenciam o caráter coletivo do movimento, característica que é exaltada ao longo dos dois manifestos. Nesse sentido, também se contrapõe a discursos que reduzem a luta feminista à “‘um estilo de vida’, a ‘uma identidade pré-fabricada’, à disposição para a afirmação de modos de existência alternativos”

(Miguel e Biroli, 2014, p.149). Essa ampliação das pautas feministas, no entanto, não ocorre isenta de contradições, que Stephanie Ribeiro (2018), sintetiza a partir da noção de um “feminismo pop”:

O ponto positivo do feminismo “pop” foi a ampliação dos nossos debates para além das fronteiras acadêmicas, e a maior participação feminina negra e trans, por meio das redes sociais na chamada disputa de narrativas dentro dos meios virtuais. Por outro lado, a ascensão da ideia do feminismo como um *souvenir* é o preço que estamos pagando. Já se fala da ideia de “seja a feminista que quer ser”, uma clara alusão a uma lógica liberal para um movimento que por si só tem que ser compreendido como uma luta coletiva, estrutural e emancipatória. (Ribeiro, 2018, p.134)

O feminismo “pop”, associado ao consumo e totalmente dentro da lógica liberal, vende a promessa de que os problemas das mulheres podem ser resolvidos dentro da ordem dominante. Mulheres com maior poder econômico se liberam do peso do trabalho doméstico contratando outra mulher para realizar esse serviço ou pensam

que a igualdade está garantida ou pode ser realizada rapidamente, de que o sucesso profissional é possível e a divisão de tarefas é um problema de negociação entre os indivíduos que compõem um casal, uma questão de simples “boa vontade” (Kergoat, 2010, p.94).

Nesse sentido, convocar as mulheres para fazerem greve é, por si só, uma demarcação política significativa, estratégia historicamente associada aos trabalhadores, ou seja, uma forma específica de manifestação, de caráter coletivo, com peso simbólico e coerente com os objetivos anunciados por elas mesmas. É na coletividade que podemos nos ancorar e compreender que os efeitos do machismo não são apenas individuais e que a possibilidade de transformação também não. No manifesto de 2017 elas afirmam que: “como primeiro passo, propomos ajudar a construir uma greve internacional contra a violência masculina e na defesa dos direitos reprodutivos no dia 8 de março” (Greve, 2017). Duas considerações podem ser feitas sobre este trecho, a primeira é o fato de ser uma greve internacional, evidenciando o caráter sistêmico, estrutural e global dos problemas que enfrentados pelas mulheres, e a segunda diz respeito aos direitos reprodutivos das mulheres, que, em certa medida, significa colocar a legalização do aborto como pauta prioritária, evidenciando mais uma vez o sentido combativo do movimento. Sobre essa questão específica, voltemos à Ribeiro:

Falar de assédio e cantadas de ruas, por mais que compreendem um ponto muito relevante para a discussão sobre nossos corpos, é mais aceito e palatável que falar abertamente de aborto e lutar pela garantia desse direito de forma segura e legalizada. (Ribeiro, 2018, 133)

A temática violência permanece presente como mostra o anúncio da mobilização de 8 de março de 2018: “Então, em 8 de março nós entraremos em greve contra a violência de gênero – contra os homens que cometem violência e contra o sistema que os protege” (Greve, 2018). O caráter estrutural mantém-se, pois se colocam “contra o sistema”, mas há um elemento novo, que é a articulação da luta contra esse sistema e a denúncia dos homens que cometem violência. Em sintonia com atual tendência do feminismo, as mulheres grevistas apresentam essa articulação. Em outro trecho do manifesto, elas dizem:

Então, em 8 de março nós falaremos, pessoalmente, contra os abusadores individuais que tentaram arruinar nossas vidas, e nós falaremos, coletivamente, contra a insegurança econômica que nos impede de falar. (Greve, 2018).

A força necessária para realização desse duplo embate (loais de trabalho e em casa) é descomunal! Por isso a conexão entre as mulheres, espaço de apoio, de debate entre mulheres, ou seja, espaços auto organizados são base para o empoderamento contínuo e manutenção da participação das mulheres nos movimentos sociais. É também através desses espaços que a compreensão sobre o caráter estrutural da opressão se dá, conscientizando as mulheres da necessidade do envolvimento com outras lutas, nas lutas anticapitalistas e antirracistas.

Conclusão

De maneira geral, o que fica evidente nos manifestos base deste estudo é que todas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres estão relacionadas, de alguma forma, com os obstáculos criados pelas desigualdades geradas na divisão social, sexual e racial do trabalho. Estas desigualdades têm efeitos sobre as possibilidades de acesso à renda e riqueza, sobre a violência, sobre o acesso ao tempo livre e descanso, sobre a cidadania das pessoas, ou seja, afetam todos os aspectos da vida.

Essa perspectiva é interessante pois impacta sobre as formas de se fazer e pensar a política e inspira uma mudança na compreensão do que é a categoria social “mulheres”. Se ao longo da história a categoria era referenciada na vivência de mulheres brancas e com maior poder aquisitivo, atualmente, mulheres que foram historicamente colocadas à margem conquistaram maior espaço de fala e suas questões ganharam maior centralidade na disputa travada pelo feminismo, ou, pelo menos, pelo feminismo comprometido com uma mudança social completa.

Os manifestos das greves internacionais aqui estudados, convocam todas as mulheres para fazerem greve, desde que estejam conscientes de que a vida das mulheres só sofrerá mudanças verdadeiras se, além das desigualdades impostas pelo gênero, estejam dispostas a enfrentar outras opressões, respeitando o lugar de fala de cada uma e compreendendo que sujeitos são afetados de formas diferentes por essas desigualdades. Por isso, a necessidade de reconhecimento de privilégios e abertura de espaço para a atuação de mulheres negras, imigrantes, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT's), indígenas, trabalhadoras, desempregadas, moradoras de rua, entre outras.

Sendo assim, se torna inevitável não pontuar processos de incorporação do discurso feminista ao capitalismo. As autoras dos manifestos denunciam o feminismo do “faça acontecer”, discurso que torna o debate em torno da desigualdade entre homens e mulheres inofensivo ao capitalismo. Elas tratam a questão como um dilema que pode ser resolvido individualmente através força de vontade das mulheres, como se fosse uma questão apenas cultural, desconectada do modo de produção atual que, infelizmente, pressupõe a desvalorização e a inferiorização das mulheres. É importante pontuar que essa não é a única forma de adaptação do discurso feminista a ordem. Com um tom diferente, mas cumprindo o mesmo papel, o feminismo como ponto de chegada, que não leva as pessoas para se organizarem coletivamente e nem a questionarem outras desigualdades, sendo apenas mais uma forma de identificar-se, um estilo de vida, também retira a radicalidade desse debate.

Nesse sentido, ao longo dos textos, as autoras nos convencem de que, independente da variação teórica, seja interseccional ou consubstancial, para se fazer uma análise da realidade com potencial transformador é preciso interpretar os efeitos do gênero, raça e classe conjuntamente. Em todo o globo, mas principalmente na periferia do capitalismo, essa é uma atitude reflexiva necessária. É apenas nesse intrincado processo que questões centrais, como, por exemplo, o encarceramento em massa e, mais especificamente, o encarceramento das mulheres no Brasil se torna mais compreensível. Esse viés também contribui para que pessoas empolgadas com o feminismo não caiam nas já citadas armadilhas do capital, que o feminismo e a luta das mulheres sejam uma abertura para o desejo de mudança de todas as relações sociais.

Por fim, não só através da leitura e análise desses manifestos, mas também de toda a bibliografia que foi necessária para fazer esse trabalho, conclui-se a necessidade da leitura e estudo da produção acadêmica realizada pelas mulheres, pois significam a ampliação de uma gama de reflexões, elementos que, sem dúvida, subsidiam e dão mais qualidade à luta política cotidiana.

Referências bibliográficas

BIROLI, Flávia. Feminismos e atuação política. In: BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. Cap. 5. p. 171-204.

CRENSHAW, Kimberlé W. (2004). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem.

_____. **A urgência da “interseccionalidade”**. Ted Talks. 2016. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt#t-49259>. Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 10, n. 1, p.171-188, jan. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

DAVIS, Angela. Feminismo e abolicionismo: teorias e práticas para o século XXI. In: DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018. Cap. 8. p. 89-103.

_____. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOLDMAN, Wendy Z. A libertação das mulheres e a Revolução Russa: legado e lições. **Margem Esquerda: Revista da Boitempo**, São Paulo, v. 1, n. 28, p.38-48, 2017.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos - Cebrap**, [s.l.], n. 86, p.93-103, mar. 2010.

KEHL, Maria Rita. O que pode uma mulher? In: KEHL, Maria Rita. **18 crônicas e mais algumas**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 133-135.

LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburgo: os dilemas da ação revolucionária**. 2. ed. São Paulo, SP :Unesp ; Fundação Perseu Abramo, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. 164 p.

MOTTA, Daniele Cordeiro. Gênero, Raça e Classe como categorias de análise. In: MOTTA, Daniele Cordeiro. **Desvendando o nó: a experiência de auto-organização das mulheres catadoras de materiais recicláveis do Estado de São Paulo**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2017. p. 61-100. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330910/1/Motta_DanieleCordeiro_D.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2018.

NI UNA A MENOS. **Ni una a menos**. 2016. Disponível em: <http://cosecharoja.org/wp-content/uploads/2015/06/documento_OK.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.

ONU. **Declaração e Programa de Ação da 2ª Conferência Internacional de Direitos Humanos**. Viena, 1993. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2018.

PIERUCCI, Antônio Flávio. CILADAS DA DIFERENÇA. **Tempo Social**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.7-33, dez. 1990. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v2n2/0103-2070-ts-02-02-0007.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

RIBEIRO, Stephanie. Feminismo: um caminho longo à frente. In: GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 130-137.

SAFFIOTI, Heleieth. Iara. Bongiovani. **Gênero patriarcado violência**. 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

(Coleção Polêmica)

SANDBERG, Sheryl. **Faça acontecer: mulheres, trabalho e a vontade de liderar** / Sheryl Sandberg com Nell Scovell; tradução Denise Bottmann. — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SILVA, Geice Queila Lima; MAGALHÃES, Belmira. Trabalho e movimento feminista: uma articulação necessária. **Caderno Espaço Feminino**, v.25, n. 1. 2012. p.

SIRELLI, Paula; SANTOS, Suenya. O protagonismo das mulheres na Revolução Russa: dos antecedentes ao legado. **Revista Marx e o Marxismo**. v. 5. n. 9. 2017. p. 224-244.

SOMOS EL MEDIO. **Sin Mujeres no hay Revolución**. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/Somoselmedio/videos/1490806874351725/?hc_ref=ARQxoRIk396tl0avma8ZJYQ9FWkUwK5QZmh3lwcVT5W3tfP-mslxsDyJbL72ySJC2LQ&pnref=story>. Acesso em: 11 dez. 2018.

ANEXOS

ANEXO I

Para além do “Faça Acontecer”: por um Feminismo dos 99% e uma Greve Internacional Militante em 8 de março

O Blog da Boitempo publica (7/02/2017), abaixo, o texto integral do manifesto, publicado originalmente na Viewpoint Magazine, em 3/02/2017, com o título “Beyond Lean-In: For a Feminism of the 99% and a Militant International Strike on March 8”. A tradução é de Daniela Mussi.

As grandes marchas de mulheres de 21 de janeiro [nos Estados Unidos] podem marcar o início de uma nova onda de luta feminista militante. Mas qual será exatamente seu foco? Em nossa opinião, não basta se opor a Trump e suas políticas agressivamente misóginas, homofóbicas, transfóbicas e racistas. Também precisamos alvejar o ataque neoliberal em curso sobre os direitos sociais e trabalhistas. Enquanto a misoginia flagrante de Trump foi o gatilho imediato para a resposta maciça em 21 de janeiro, o ataque às mulheres (e todos os trabalhadores) há muito antecede a sua administração. As condições de vida das mulheres, especialmente as das mulheres de cor e as trabalhadoras, desempregadas e migrantes, têm-se deteriorado de forma constante nos últimos 30 anos, graças à financeirização e à globalização empresarial. O feminismo do “faça acontecer”* e outras variantes do feminismo empresarial falharam para a esmagadora maioria de nós, que não têm acesso à autopromoção e ao avanço individual e cujas condições de vida só podem ser melhoradas através de políticas que defendam a reprodução social, a justiça reprodutiva segura e garanta direitos trabalhistas. Como vemos, a nova onda de mobilização das mulheres deve abordar todas essas preocupações de forma frontal. Deve ser um feminismo para 99% das pessoas.

O tipo de feminismo que buscamos já está emergindo internacionalmente, em lutas em todo o mundo: desde a greve das mulheres na Polônia contra a proibição do aborto até as greves e marchas de mulheres na América Latina contra a violência masculina; da grande manifestação das mulheres de novembro passado na Itália aos protestos e greve das mulheres em defesa dos direitos reprodutivos na Coreia do Sul e na Irlanda. O que é impressionante nessas mobilizações é que várias delas combinaram lutas contra a violência masculina com oposição à informalização do trabalho e à desigualdade salarial, ao mesmo tempo em que se opõem as políticas de homofobia, transfobia e xenofobia. Juntas, eles anunciam um novo movimento feminista internacional com uma agenda expandida – ao mesmo tempo anti-racista, anti-imperialista, anti-heterossexista e anti-neoliberal.

Queremos contribuir para o desenvolvimento deste novo movimento feminista mais expansivo.

Como primeiro passo, propomos ajudar a construir uma greve internacional contra a violência masculina e na defesa dos direitos reprodutivos no dia 8 de março. Nisto, nós nos juntamos com grupos feministas de cerca de trinta países que têm convocado tal greve. A ideia é mobilizar mulheres, incluindo mulheres trans, e todos os que as apoiam num dia internacional de luta – um dia de greves, marchas e bloqueios de estradas, pontes e praças; abstenção do trabalho doméstico, de cuidados e sexual; boicote e denúncia de políticos e empresas misóginas, greves em instituições educacionais. Essas ações visam visibilizar as necessidades e aspirações que o feminismo do “faça acontecer” ignorou: as mulheres no mercado de trabalho formal, as que trabalham na esfera da reprodução social e dos cuidados e as desempregadas e precárias.

Ao abraçar um feminismo para os 99%, inspiramo-nos na coalizão argentina *Ni Una Menos*. A violência contra as mulheres, como elas a definem, tem muitas facetas: é a violência doméstica, mas também a violência do mercado, da dívida, das relações de propriedade capitalistas e do Estado; a violência das políticas discriminatórias contra as mulheres lésbicas, trans e *queer*, a violência da criminalização estatal dos movimentos migratórios, a violência do encarceramento em massa e a violência institucional contra os corpos das mulheres através da proibição do aborto e da falta de acesso a cuidados de saúde e aborto gratuitos. Sua perspectiva informa a nossa determinação de opormo-nos aos ataques institucionais, políticos, culturais e econômicos contra mulheres muçulmanas e migrantes, contra as mulheres de cor e as mulheres trabalhadoras e desempregadas, contra mulheres lésbicas, gênero não-binário e trans-mulheres.

As marchas de mulheres de 21 de janeiro mostraram que nos Estados Unidos também um novo movimento feminista pode estar em construção. É importante não perder impulso. Juntemo-nos em 8 de março para fazer greves, atos, marchas e protestos. Usemos a ocasião deste dia internacional de ação para acertar as contas com o feminismo do “faça acontecer” e construir em seu lugar um feminismo para os 99%, um feminismo de base, anticapitalista; um feminismo solidário com as trabalhadoras, suas famílias e aliados em todo o mundo.

Nota:

* “Faça acontecer” [*Lean-in*] é uma referência ao movimento inspirado no livro de Sheryl Sandberg, *Lean in: Women, work, and the will to lead* (New York: Random House, 2013. Versão em português *Faça acontecer: mulheres, trabalho e a vontade de liderar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013). A principal característica do movimento é a ênfase no empreendedorismo feminino (N. Da T.).

ANEXO II

Por uma greve internacional militante no 8 de março

O Blog da Boitempo publica (01/03/2018), abaixo, o texto integral do manifesto, publicado originalmente no The Guardian, em 27/01/2018, com o título “We need a feminism for the 99%. That’s why women will strike this year“. A tradução é de Camila Ribeiro, do Blog Junho.

Ano passado, no 8 de março, nós, mulheres de todos os tipos, marchamos, paramos de trabalhar e tomamos as ruas em cinquenta países ao redor do mundo. Nos Estados Unidos, nos manifestamos, marchamos, deixamos as louças para os homens em todas as grandes cidades desse país e em incontáveis cidades menores. Nós interrompemos o funcionamento de três distritos escolares para provar ao mundo, mais uma vez, que enquanto sustentamos a sociedade nós também temos o poder de fechá-la.

8 de março está chegando novamente e as coisas pioraram para as mulheres nesse país.

Nesse um ano de governo Trump, não fomos apenas atacadas com abuso verbal e ameaças misóginas sob o disfarce de declarações oficiais, o regime Trump colocou em prática políticas que continuarão tais ataques contra nós de formas profundamente institucionais.

As reformas tributárias e trabalhistas (Tax Cuts e Job Acts) ceifa isenções que beneficiam trabalhadores de salários mais baixos cuja vasta maioria é composta de mulheres. Há planos para destruir o Medicaid e o Medicare, os dois únicos programas que restam nesse cruel cenário neoliberal que protegem os idosos e os pobres, os doentes e os deficientes, o planejamento familiar e as crianças – e, portanto, as mulheres, as quais fazem a maior parte do trabalho de cuidados. E enquanto o ato nega assistência médica para crianças imigrantes, introduz poupança universitária para “crianças não nascidas” [nascituros], uma maneira arrepiante de estabelecer por decreto legal “direitos” às “crianças não nascidas”, desse modo, assaltando nosso direito fundamental de tomar decisões sobre nosso próprio corpo.

Mas essa não é toda a história.

Com todas essas frentes de guerra abertas contra nós, não nos acovardamos. Nós devolvemos com luta.

Quando, no outono passado, mulheres com visibilidade pública e acesso à mídia internacional decidiram romper o silêncio sobre assédio e violência sexual, as comportas foram finalmente abertas e uma torrente de denúncias públicas inundaram a rede.

As campanhas #MeToo, #UsToo e #TimesUp tornaram visível aquilo que a maioria das mulheres já sabia: seja no ambiente de trabalho ou em casa, nas ruas ou nos campos, em prisões ou em centros de detenções do ICE [Immigration and Customs Enforcement], a violência de gênero com seu efeito racista diferenciado assombra a vida cotidiana das mulheres.

O que também se tornou claro é que o silêncio público sobre algo que sempre soubemos, suportamos e lutamos contra, não existe apenas porque temos medo ou vergonha falar: o silêncio é forçado. O silêncio é imposto por leis do Congresso que fazem as mulheres passar por quase um ano de aconselhamento obrigatório e mediação se elas ousam prestar uma queixa oficial. Ele é afetado pelo sistema de justiça criminal que rotineiramente rejeita relatos de mulheres usando camadas adicionais de intimidação e violência. Em campi universitários, administradores dispostos encontram meios “legais” inteligentes para proteger a instituição e o criminoso enquanto jogam as mulheres aos lobos. Os fundamentos racistas desses procedimentos legais exigem uma resposta.

#MeToo, #UsToo e #TimesUp não apenas expuseram estupradores individuais e misóginos, elas rasgaram o véu que escondia as instituições e estruturas que os autorizava.

A violência de gênero baseada em raça é internacional, como deve ser a campanha contra ela. O imperialismo norte-americano, militarismo e colonialismo fomentam misoginia ao redor do mundo. Não é uma coincidência que Harvey Weinstein, em seus longos anos tentando silenciar e aterrorizar mulheres, usou a empresa de segurança Black Cube, que é feita de ex-agentes do Mossad [Instituto para Inteligência e Operações Especiais do Estado de Israel] e de outras agências de inteligência de Israel. Nós sabemos que o mesmo estado que manda dinheiro a Israel para brutalizar a palestina Ahed Tamimi e sua família também financia as prisões em que mulheres afro-americanas como Sandra Bland e outras morreram.

Então, em 8 de março nós entraremos em greve contra a violência de gênero – contra os homens que cometem violência e contra o sistema que os protege.

Nós acreditamos que não foi nenhum acidente que foram as nossas irmãs com posição social destacada que primeiro tornaram visível aquilo que todas sabíamos. A capacidade delas para isso foi mais forte do que a de nossas irmãs de salários mais baixos, tantas vezes de cor, que limpam quartos naquele chique hotel de Chicago ou de nossa irmã que colhe frutas nos campos da Califórnia.

A vasta maioria de nós não se manifesta porque nos falta poder coletivo em nosso ambiente de trabalho, e porque nos é negado suportes sociais como assistência médica gratuita, fora dele. O trabalho, com seu salário baixo, com seu gerente assediador e seu chefe abusivo, com suas longas horas, se torna a única coisa que tememos perder, porque é a única forma de prover comida a nossas famílias e cuidados aos nossos doentes e enfermos.

Nós não nos calamos. Nós somos forçadas pelo capitalismo a nos calar.

Então, em 8 de março nós falaremos, pessoalmente, contra os abusadores individuais que tentaram arruinar nossas vidas, e nós falaremos, coletivamente, contra a insegurança econômica que nos impede de falar.

Nós entraremos em greve porque queremos expor nossos abusadores pessoais. E entraremos em greve porque precisamos de programas de bem-estar social e trabalhos com salários dignos para alimentar nossas famílias bem como do direito de nos sindicalizar, caso formos demitidas por nos manifestar contra seus abusos.

Então, em 8 de março nós entraremos em greve contra o encarceramento em massa, a violência da polícia e as patrulhas de fronteira, contra a supremacia branca e o rufar de tambores das guerras imperialistas norte-americanas, contra a pobreza e a violência estrutural mascarada que fecha nossas escolas e hospitais, envenena nossa água e comida e nos nega justiça reprodutiva.

E nós entraremos em greve por direitos trabalhistas, direitos iguais para todos os imigrantes, igualdade salarial e salário digno, porque a violência sexual no ambiente de trabalho é permitida quando nos falta meios de defesa coletiva.

8 de março será o dia do feminismo para os 99%: um dia de mobilização de mulheres negras e marrons, cis e bi, trabalhadores lésbicas e trans, das pobres e de salários baixos, das cuidadoras não pagas, das trabalhadoras sexuais e migrantes.

Em 8 de março, **#EntramosEmGreve.**